

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ  
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DO PIAUÍ – ESA PIAUÍ**

**EDITAL Nº 002/2025**

**CHAMADA DE ARTIGOS  
LIVRO: MANUAL JURÍDICO PRÁTICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA -  
OAB/PI**

Recursos de Acessibilidade Comunicacional: Audiodescrição e Libras

**1 DA OBRA**

- 1.1 A obra intitulada MANUAL JURÍDICO PRÁTICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - OAB/PI será publicada pela Editora da OAB-PI, com organização da Comissão da Pessoa com Deficiência e participação das Comissões de Direito da Saúde, do Autismo e da Pessoa Idosa.
- 1.2 Trata-se de uma publicação inclusiva, no formato de artigos informativos, voltados à conscientização, educação e disseminação de direitos fundamentais das pessoas com deficiência.
- 1.3 A obra contará com recursos de acessibilidade, como audiodescrição e Libras, garantindo amplo alcance.
- 1.4 Haverá a colaboração de entidades representativas das pessoas com deficiência e de associações de profissionais de acessibilidade, no processo de revisão e de garantia da acessibilidade do conteúdo.

**2 DOS ARTIGOS**

- 2.1 Os artigos devem ser inéditos e informativos, não tendo sido divulgados previamente em publicação impressa ou eletrônica; não se utilizar de ferramentas de inteligência artificial para a sua elaboração; com linguagem acessível; devendo abordar um dos temas jurídicos, sociais, educacionais e de saúde previstos no anexo II do edital, todos voltados ao universo de direitos das pessoas com deficiência.
- 2.2 Serão aceitos artigos com até quatro (4) autores, sendo obrigatório que ao menos um deles seja advogado regularmente inscrito na OAB. Outros profissionais graduados poderão participar, desde que em coautoria com advogados que atendam ao critério acima mencionado. Do total de artigos selecionados, 50% (cinquenta por cento) serão destinados, exclusivamente, a membros da OAB/PI.
- 2.3 O texto deverá conter entre 08 (oito) e 12 (doze) páginas, em formato .doc ou .docx, redigido em língua portuguesa, com estrutura argumentativa organizada em: Resumo (entre 150 e 250 palavras, acompanhado de 3 Palavras-chave), Abstract (entre 150 e 250 palavras, acompanhado de 3 Keywords), Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências;

2.4 O conteúdo do artigo deverá privilegiar a acessibilidade, a inclusão e a efetivação de direitos. Cada artigo deverá estar adequado a uma das temáticas propostas no Anexo II, apresentar fundamentação jurídica consistente, linguagem clara e acessível, e rigor informativo, devendo contemplar, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- I – Discussão do tema central, alinhado aos direitos das pessoas com deficiência, incluindo conceitos fundamentais e previsão legal;
- II – Sempre que possível, a fundamentação da discussão deverá ser baseada na legislação aplicável nos âmbitos federal, estadual (Piauí) e municipal (Teresina), bem como em tratados e convenções internacionais pertinentes ao tema;
- III – Delimitação do público-alvo dos direitos apresentados, especificando:
  - a) quem tem direito;
  - b) como requerer os direitos;
  - c) documentos e procedimentos necessários;
- IV – Inclusão de informações úteis, tais como:
  - a) sites oficiais e serviços públicos;
  - b) organizações da sociedade civil;
  - c) telefones e e-mails de denúncia, apoio e orientação.

## 2.5 Formato do Documento

- Tamanho de papel: A maioria dos livros utiliza o tamanho A5 (14,8 cm x 21 cm) ou 6 x 9 polegadas (15,24 cm x 22,86 cm), mas o formato pode variar.
- Margens: Normalmente, as margens são de 2,5 cm em todos os lados, mas podem variar entre 2 cm e 3 cm.
- Fonte: As fontes mais comuns para livros são Times New Roman ou Garamond, com tamanho 12 para o corpo do texto.
- Espaçamento: O texto geralmente deve ser formatado com espaçamento 1,5 ou duplo.
- Alinhamento: O texto deve ser justificado, ou seja, alinhado tanto à margem esquerda quanto à direita.

### 2.5.1 Estrutura do Artigo

- Resumo e Abstract: O artigo deve iniciar com um Resumo em português (150 a 250 palavras), seguido de 3 palavras-chave. Em seguida, deve apresentar o Abstract em inglês (150 a 250 palavras), acompanhado de 3 keywords.
- Título e Subtítulos: O título principal deve ser centralizado e em negrito.
- Subtítulos podem ser usados para dividir o conteúdo, com formatação em negrito ou itálico e com um tamanho de fonte ligeiramente menor.
- Parágrafos:
  - O texto deve ser dividido em parágrafos, com um recuo de 1,25 cm na primeira linha.
  - Não use linhas em branco entre os parágrafos.
  - Parágrafos com mais de uma frase devem ser justificados.

### 2.5.2 Elementos Importantes

- Referências Bibliográficas: Utilize o formato de citação apropriado (ABNT), de acordo com as diretrizes da editora. As referências devem estar no final do artigo, com a formatação adequada.
- Ilustrações e Tabelas: Caso o artigo contenha imagens, gráficos ou tabelas, estes devem:  
Ser numerados na ordem em que aparecem no texto;  
Conter legenda explicativa (abaixo da imagem ou tabela);  
Indicar a fonte sempre que necessário.

## 3 DA SUBMISSÃO

3.1 Os artigos deverão ser enviados **até o dia 03 de outubro de 2025** para o endereço eletrônico [manualdedireitos.oabpi@gmail.com](mailto:manualdedireitos.oabpi@gmail.com), com o título: "SUBMISSÃO – MANUAL JURÍDICO PRÁTICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - OAB/PI". **No mesmo e-mail deverá ser enviado o formulário de envio, disponível no anexo I deste edital**, no qual constarão o nome do autor principal, CPF do autor principal, e-mail do autor principal, formação do autor principal, telefone do autor principal, nome dos demais autores, informação sobre ser pessoa com deficiência, formação dos demais autores, título do trabalho e **área temática (conforme anexo II)**.

3.2 A responsabilidade pela correção gramatical e adequação à linguagem inclusiva é dos autores. Haverá revisão técnica posterior pelas comissões organizadoras.

3.3 Os integrantes da comissão de avaliação poderão submeter artigos, mas ficam impedidos de avaliarem seus próprios textos.

3.4 É de responsabilidade única e exclusiva do autor a obediência à legislação autoral vigente no país.

3.5 Após as submissões, os artigos serão encaminhados para análise, composta por profissionais especializados nas respectivas áreas temáticas, que procederá a pré-seleção dos artigos recebidos com base nos seguintes critérios:

- I - Adequação ao tema e ao escopo do livro
- II - Originalidade e relevância
- III - Qualidade técnica e científica
- IV - Ineditismo
- V - Cumprimento de normas editoriais
- VI - Revisão e correção gramatical
- VII - Diversidade de abordagens e autores

## 4 DA PUBLICAÇÃO

4.1 O livro será publicado pela **Editora da OAB-PI**, com distribuição gratuita em

versão digital acessível (PDF com áudio descrição e vídeo em Libras).

4.2 A versão impressa será produzida em tiragem limitada e disponibilizada gratuitamente em bibliotecas públicas e instituições parceiras.

4.3 A obra somente será publicada com o mínimo de 15 artigos aceitos para publicação.

4.4 Este edital contempla os seguintes serviços editoriais inclusos:

- Atribuição de DOI para o livro e cada artigo presente no livro.
- Registro de ISBN para versão impressa e digital;
- Ficha Catalográfica para versão impressa e Digital;
- Diagramação;
- Design Editorial;
- Material de Marketing Digital;
- Página do Livro no site da ESA/PI;
- Venda sob demanda dos Exemplares Físicos nas lojas parceiras;

## 5 DOS DIREITOS AUTORAIS

5.1 Ao submeterem seus artigos à editora da OAB-PI, os autores declaram ser titulares dos direitos autorais, respondendo exclusivamente por quaisquer reclamações relacionadas a tais direitos, bem como autorizam a editora, sem ônus, a publicar os referidos textos em qualquer meio, sem limitações quanto ao prazo, ao território ou qualquer outra.

5.2 A editora fica também autorizada a adequar os textos a seus formatos de publicação e a modificá-los para garantir o respeito à norma culta da língua portuguesa.

5.3 Os autores cedem gratuitamente os direitos autorais para publicação, sem prejuízo de utilização posterior em currículos e plataformas acadêmicas.

5.4 Todos os autores receberão certificado de participação e exemplar digital da obra.

## 6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os artigos serão avaliados por uma comissão editorial composta por membros das comissões organizadoras, representantes de entidades de pessoas com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade.

6.2 Casos omissos serão resolvidos pela **Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB-PI.**

## 7 CRONOGRAMA

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERÍODO/DATA</b>
<b>1 Publicação do edital</b> – Divulgação oficial do edital e abertura das inscrições para submissão de artigos.	04 de setembro de 2025
<b>2 Período de submissão de artigos</b> – Recebimento dos artigos pelos autores, via e-mail oficial da Comissão.	04 de setembro a 03 de outubro de 2025
<b>3 Avaliação dos artigos</b> – Análise pela comissão editorial, composta por membros das comissões organizadoras, representantes de entidades de pessoas com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade.	03 a 25 de outubro de 2025
<b>4 Divulgação dos resultados preliminares</b> – Comunicação aos autores sobre a aprovação ou necessidade de ajustes nos artigos.	27 de outubro de 2025
<b>5 Prazo para ajustes e envio da versão final</b> – Correção e envio da versão final pelos autores, caso necessário.	27 outubro a 03 de novembro de 2025
<b>6 Publicação e disponibilização do manual</b> – Lançamento da obra.	03 de dezembro de 2025

## ANEXO I – FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO

Nome do autor principal:	
CPF do autor principal	
E-mail do autor principal:	
Formação do autor principal:	
Telefone do autor principal:	
Nomes dos demais autores com formação (até 04 autores):	
O autor ou coautor é uma Pessoa com Deficiência (PcD)? Caso deseje, especifique o tipo de deficiência.	
Área temática (conforme Anexo II):	
Título do artigo:	

**ANEXO II TEMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS**

<b>Tema 01 – A pessoa com deficiência</b>	O artigo deverá discorrer sobre o conceito de pessoa com deficiência, contemplando aspectos históricos e jurídicos/legais, e abordando, de forma articulada, os diferentes tipos de deficiência: física, sensorial, intelectual, mental e deficiências ocultas.
<b>Tema 02 - Direitos Fundamentais (Constituição Federal)</b>	O artigo deverá abordar os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal aplicáveis às pessoas com deficiência, destacando dispositivos constitucionais, princípios e a evolução da proteção constitucional.
<b>Tema 03 – Educação</b>	O artigo deverá analisar o direito à educação das pessoas com deficiência, contemplando marcos legais, políticas públicas, modalidades de ensino, acessibilidade pedagógica e práticas inclusivas.
<b>Tema 04 – Seguridade Social</b>	O artigo deverá apresentar a seguridade social como sistema de proteção que engloba a saúde e a previdência social, abordando direitos e garantias previstos na Constituição e na legislação infraconstitucional. Deverá tratar do acesso a serviços de saúde, reabilitação e tecnologias assistivas, bem como dos benefícios previdenciários destinados às pessoas com deficiência, como aposentadoria especial e benefícios por incapacidade.
<b>Tema 05 – Trabalho e Empregabilidade</b>	O artigo deverá discutir a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, incluindo legislação (como a Lei de Cotas), políticas de empregabilidade, adaptação do ambiente e combate à discriminação
<b>Tema 06 – Acessibilidade</b>	O artigo deverá abordar o direito ao transporte da pessoa com deficiência, contemplando transporte público, interestadual, intermunicipal, urbano e aéreo, incluindo gratuidades, descontos e adaptações.
<b>Tema 07 – Moradia</b>	O artigo deverá discutir o direito à moradia da pessoa com deficiência, incluindo políticas habitacionais, adaptações arquitetônicas, prioridade em programas públicos e garantias legais.
<b>Tema 08 – Cultura, Esporte, Turismo e Lazer</b>	O artigo deverá apresentar os direitos da pessoa com deficiência ao acesso e à participação em atividades culturais, esportivas, turísticas e de lazer, incluindo benefícios como a meia-entrada, acessibilidade e políticas inclusivas.
<b>Tema 09 – Proteção da Pessoa com Deficiência contra Violência, Abusos e outros Crimes</b>	O artigo deverá tratar dos crimes previstos na legislação brasileira que têm como vítima a pessoa com deficiência, abordando tipos penais, penalidades, mecanismos de denúncia e proteção.
<b>Tema 10 – Acesso à Justiça (Direitos e Espaços Disponíveis)</b>	O artigo deverá analisar o direito de acesso à justiça da pessoa com deficiência, incluindo garantias processuais, assistência jurídica gratuita, acessibilidade nos órgãos do Judiciário e serviços especializados.
<b>Tema 11 - Tema – A Inteligência Artificial e a Pessoa com Deficiência</b>	O artigo deverá analisar como a inteligência artificial pode impactar a vida da pessoa com deficiência, considerando aplicações práticas, benefícios, riscos e desafios éticos. Deverá contemplar o uso de tecnologias assistivas, acessibilidade digital, inclusão social e possíveis barreiras decorrentes de seu uso inadequado.